

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

CADERNO DE QUESTÕES 21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Direito Constitucional	01 a 10
Direito Administrativo	11 a 20
Direito Civil	21 a 25
Direito Previdenciário	26 a 30
Direito Tributário	31 a 40
Direito Processual Civil	41 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Há crescimento com os desafios da vida.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste na elaboração de uma Peça Processual ou um Parecer Jurídico, versando sobre uma ou mais disciplinas previstas no Conteúdo Programático, e deverá ser respondida em, no máximo, 90 (noventa) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

QUESTÃO 01

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes

- (A) à medida provisória.
- (B) às leis complementares.
- (C) às emendas constitucionais.
- (D) às normas infraconstitucionais.

QUESTÃO 02

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e

- (A) à dignidade da pessoa humana.
- (B) à legalidade.
- (C) à moralidade administrativa.
- (D) à cidadania.

QUESTÃO 03

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se for

- (A) maior de sessenta e cinco anos de idade.
- (B) titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (C) titular de mandato de conselheiro de tribunal de contas do estado e/ou união.
- (D) inalistável ou analfabeto.

QUESTÃO 04

A disposição constitucional sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, far-se-á por

- (A) lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (B) lei municipal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Municipal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (D) lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.

QUESTÃO 05

Tal qual determinado pela Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal poderá, por ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como

- (A) servir de orientação jurisprudencial e/ou instrução normativa supralegal, na forma estabelecida em lei ordinária.
- (B) servir de orientação jurisprudencial e/ou instrução normativa infraconstitucional, na forma estabelecida em lei complementar.
- (C) proceder sua ampliação, redução ou mutação, na forma estabelecida em lei complementar.
- (D) proceder sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

QUESTÃO 06

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá delegar a seguinte atribuição para Ministro de Estado:

- (A) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional.
- (B) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- (C) prover cargos públicos federais.
- (D) decretar intervenção federal.

QUESTÃO 07

Conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País são da competência

- (A) do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) dos juízes federais.
- (C) dos Tribunais de Justiça Estaduais.
- (D) do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 08

Consoante previsão constitucional, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que detém, dentre outras, a seguinte competência:

- (A) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (B) organizar estrutura administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.
- (C) criar cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- (D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

QUESTÃO 09

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições,

- (A) destinar parte dos recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (B) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- (C) promover a integração das populações vulneráveis ao mercado de trabalho.
- (D) participar direta ou indiretamente de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990), é defeso ao respectivo ente municipal

- (A) regulamentar, autorizar e fiscalizar todos os meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.
- (B) realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado.
- (C) fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética e outros de interesse coletivo.
- (D) doar bens imóveis de seu patrimônio ou constituir sobre eles ônus real, ou conceder isenções ou remissões fora dos casos de manifesto interesse público, com expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena de nulidade de ato.

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei de Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, no que se refere à contratação do serviço terceirizado, é vedado à Administração ou a seus agentes,

- (A) padronizar serviços, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.
- (B) parcelar os serviços, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- (C) dispor sobre o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da sua redução, com divisão do objeto em itens.
- (D) prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

QUESTÃO 12

Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei das Parcerias (Lei nº 13.019/2014) a organização da sociedade civil que

- (A) tenha sido sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados.
- (B) esteja pendente a apreciação das contas de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.
- (C) tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público.
- (D) seja estrangeira e autorizada a funcionar no território nacional.

QUESTÃO 13

Conforme estabelecido pela Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999), cabe recurso em caso de decisões administrativas, em face de razões de legalidade e de mérito. Esse deverá

- (A) ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (B) ser encaminhado à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, cabendo-lhe o prazo de 10 dias, para fins de reconsideração.
- (C) tramitar no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (D) estar sujeito à caução imediata e compatível com o pleito administrativo interposto.

QUESTÃO 14

Consoante firmado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de

- (A) 5 dias a contar da sua ciência.
- (B) 10 dias a contar da sua ciência.
- (C) 10 dias a contar da publicação em Diário Oficial da União.
- (D) 5 dias a contar da publicação em Diário Oficial da União.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei federal nº 12.846/2013, a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá

- (A) por intermédio de comissão designada pelo prefeito municipal e composta por 5 ou mais servidores, independentemente de serem efetivos ou não.
- (B) de ofício ou mediante provocação, independentemente de contraditório e a ampla defesa.
- (C) de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.
- (D) por delegação ou subdelegação da autoridade competente.

QUESTÃO 16

Em conformidade com a Lei nº 9.605/1998, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, enseja pena de

- (A) reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- (B) reclusão, de quatro a dez anos, e multa.
- (C) detenção, de seis meses a um ano, e multa.
- (D) detenção, de três meses a um ano, e multa.

QUESTÃO 17

Conforme a Resolução CONAMA nº 237/1997, o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, é responsável também, além da expedição da Licença de Instalação e da Licença de Operação, pela

- (A) Licença Primária.
- (B) Licença Prévia.
- (C) Licença de Controle.
- (D) Licença Intermediária.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei nº 13.123/2015, o acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável está condicionado à obtenção

- (A) de autorização do Poder Legislativo municipal.
- (B) de homologação prévia pelo Tribunal de Justiça respectivo.
- (C) da autorização do Poder Executivo local.
- (D) do consentimento prévio informado.

QUESTÃO 19

Em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em

- (A) títulos da dívida pública.
- (B) títulos da dívida agrária.
- (C) títulos mobiliários.
- (D) debêntures.

QUESTÃO 20

A Lei nº 9.433/1997 estabelece que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é para fins de

- (A) sobrevivência da fauna e da flora.
- (B) consumo humano e funcionamento das empresas de pequeno porte.
- (C) consumo humano e dessedentação de animais.
- (D) sobrevivência das espécies que estejam em extinção.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir

- (A) o oblato.
- (B) o promitente.
- (C) o proponente.
- (D) o policitado.

QUESTÃO 22

Conforme estabelecido pelo Código Civil, ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde

- (A) tenha suas raízes familiares.
- (B) for encontrada.
- (C) possuir o maior número de imóveis.
- (D) tiver seu registro junto à Secretaria de Segurança Pública.

QUESTÃO 23

A pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela, prescreve no prazo de

- (A) dez anos.
- (B) oito anos.
- (C) cinco anos.
- (D) três anos.

QUESTÃO 24

Conforme previsão expressa firmada no Código Civil vigente, são inadmitidos como testemunhas

- (A) menores de dezesseis anos.
- (B) maiores de sessenta anos.
- (C) indígenas.
- (D) quilombolas.

QUESTÃO 25

De acordo com a lei, ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assistindo o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar

- (A) os úteis.
- (B) os móveis.
- (C) as voluptuárias.
- (D) os imóveis.

QUESTÃO 26

O Regime Geral de Previdência Social em vigor no Brasil assegura

- (A) o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- (B) a filiação, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (C) o valor de meio salário-mínimo ao salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado.
- (D) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor da média dos proventos anuais.

QUESTÃO 27

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a competência legislativa previdenciária é exercida em caráter

- (A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) exclusivo pela União.
- (C) concorrente pela União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) privativo pela União e Municípios.

QUESTÃO 28

De acordo com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Instituto de Previdência do Servidor Público de Senador Canedo – SENAPREV (Lei Municipal nº 2.818/2024), fica vedado ao Instituto de Previdência o desempenho da seguinte atividade:

- (A) arrecadar recursos e cobrança das contribuições necessárias ao custeio do regime.
- (B) aplicar recursos em títulos públicos, com exceção nos do Governo Federal.
- (C) estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do RPPS.
- (D) manter dossiês funcionais dos servidores públicos ativos da Autarquia.

QUESTÃO 29

Conforme o Regime Próprio de Previdência Social e do Instituto de Previdência do Servidor Público de Senador Canedo – SENAPREV (Lei Municipal nº 2.818/2024), Conselho Deliberativo de Previdência - CDP - é o órgão de deliberação superior do Instituto de Previdência, competindo-lhe, exclusivamente:

- (A) celebrar convênios, consórcios ou ajuste de qualquer natureza com outros Estados ou Municípios, cujo objetivo seja pagamento de benefícios, exceto com Regime de Previdência Complementar – RPC.
- (B) atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança, aval ou obrigar-se, em favor de terceiros, por qualquer outra forma.
- (C) conceder empréstimos de qualquer natureza ao ente federativo, inclusive a suas empresas controladas.
- (D) autorizar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio do Fundo de Previdência, observada a legislação pertinente.

QUESTÃO 30

O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei

- (A) complementar.
- (B) suplementar.
- (C) ordinária.
- (D) municipal.

QUESTÃO 31

Leia o caso a seguir.

Lei do município cria a "Taxa de Manutenção do Paisagismo de Vias Públicas", cobrada anualmente de todos os imóveis, edificados ou não, independentemente de solicitação ou uso específico. A base de cálculo é o valor venal utilizado para o IPTU, e a arrecadação é destinada à poda de árvores e jardinagem de praças públicas.

Considerando o Código Tributário Nacional, a espécie tributária que melhor corresponde à natureza da exação é

- (A) a taxa, pois financia atuação municipal de interesse coletivo imediato.
- (B) a contribuição de melhoria, porque as obras refletem valorização urbana.
- (C) o imposto, pois a contraprestação é um serviço não divisível.
- (D) o preço público, porque custeia serviços gerais prestados pelo município.

QUESTÃO 32

Leia o caso a seguir.

O município verificou que diversos pequenos empresários estavam inscritos em dívida ativa por débitos tributários municipais, IPTU, referentes aos anos de 2019 e 2020. Após vistoria social, constatou-se que todos se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade econômica decorrente de calamidade climática regional. Diante disso, o prefeito editou lei específica autorizando o perdão integral desses créditos já constituídos, extinguindo definitivamente a obrigação tributária.

O instituto jurídico que corresponde ao caso descrito é

- (A) a remissão, pois extingue crédito já constituído por ato legal específico.
- (B) a moratória, porque adia temporariamente a exigibilidade do crédito.
- (C) a isenção, porque a lei impede o nascimento da obrigação tributária.
- (D) a decadência, porque o prazo para constituição do crédito expirou.

QUESTÃO 33

Leia o caso a seguir.

O município identifica que um imóvel urbano ocupado há anos por terceiros está registrado em nome de antigo proprietário já falecido. A posse é exercida por pessoa distinta do titular constante do cadastro imobiliário, e o município pretende atualizar os débitos de IPTU e taxas correlatas. O cadastramento antigo indica como contribuinte o proprietário formal, enquanto a fiscalização afirma que o ocupante atual deve ser responsabilizado pelos tributos em razão da fruição econômica do bem.

Nesse caso, qual deverá ser a identificação do sujeito passivo adequado do IPTU?

- (A) O proprietário formal constante do registro imobiliário.
- (B) O espólio, até que a transferência dominial seja concluída.
- (C) O possuidor direto que exerça a função social da propriedade.
- (D) O proprietário formal e o possuidor direto, responsáveis pelo imposto.

QUESTÃO 34

Leia o caso a seguir.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra o administrador de uma empresa pela suposta prática de crime do art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, referente à sonegação de ICMS declarado e não recolhido, após encerrado definitivamente o processo administrativo de constituição do crédito tributário. Após o recebimento da denúncia, o réu quitou integralmente o débito, incluindo multa e juros, requerendo o reconhecimento da extinção da punibilidade. O Ministério Público concorda apenas com a redução da pena, afirmando que o pagamento integral, nessa fase, não impede a persecução penal.

De acordo com a jurisprudência dominante, o efeito jurídico do pagamento nessa hipótese corresponde

- (A) a extinção da punibilidade, porque o pagamento integral sempre impede ação penal.
- (B) a redução da pena, pois o pagamento após a denúncia não extingue a punibilidade.
- (C) a exclusão do crime, já que o pagamento comprova ausência de dolo tributário.
- (D) a suspensão da pretensão punitiva, porque o pagamento substitui o parcelamento.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

Após notificações sucessivas exigindo que o proprietário de um imóvel urbano não edificado promovesse seu parcelamento, edificação ou utilização, o Município de Senador Canedo constatou que nenhuma providência havia sido adotada. A autoridade fazendária, então, aplicou o IPTU progressivo no tempo.

Considerando o Código Tributário Municipal de Senador Canedo, o procedimento esperado quanto à aplicação das alíquotas progressivas corresponde a duplicação

- (A) até alcançar 15%, mantendo esse limite nos exercícios seguintes.
- (B) até alcançar 30%, mantendo esse limite nos exercícios seguintes.
- (C) da alíquota anualmente, até o limite de dez exercícios.
- (D) da alíquota anualmente, até o limite de quinze exercícios.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

Após auditoria, o Município de Senador Canedo constatou aumento significativo na despesa anual referente aos serviços de custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. Diante da necessidade de recompor o equilíbrio financeiro da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento (COSIP), a administração avaliou que seria necessário atualizar o valor total a ser rateado entre todos os contribuintes.

Considerando as regras do Código Tributário Municipal de Senador Canedo sobre o rateio da COSIP, o procedimento adequado é atualizar o valor total do rateio por

- (A) lei, aplicando valor uniforme para todos os contribuintes.
- (B) lei, aplicando valor diferenciado para os contribuintes.
- (C) decreto, aplicando valor uniforme para todos os contribuintes.
- (D) decreto, aplicando valor diferenciado para os contribuintes.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

O fisco de Senador Canedo revisou a cobrança da Taxa de Serviços Urbanos (TSU) de um imóvel urbano vago. O imóvel encontra-se sem construção e beneficiado pelos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e a destinação final e tratamento final dos resíduos sólidos. Ao apurar o valor devido, verificou que o valor do IPTU lançado é maior que o valor da TSU calculado para o mesmo exercício.

Considerando o Código Tributário Municipal de Senador Canedo, a forma correta de cálculo para lançamento da TSU nessa situação é aplicar

- (A) 50% da área total, ainda que o valor final supere o valor do IPTU.
- (B) 50% da área total e limitar a taxa ao valor do IPTU.
- (C) 100% da área total, ainda que o valor final supere o valor do IPTU.
- (D) 100% da área total e limitar a taxa ao valor do IPTU.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

Durante análise prévia do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, a Procuradoria foi consultada sobre a conformidade de alguns dispositivos incluídos pelo órgão de planejamento. Entre as inserções questionadas estavam: (i) autorização genérica para abertura ilimitada de créditos suplementares pelo Executivo; (ii) previsão de criação de novos cargos e aumento de remuneração de servidores; e (iii) determinação de que dotações orçamentárias poderiam ser executadas sem observância das prioridades fixadas na LDO.

Considerando a sistemática constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, indica disposição compatível com o conteúdo possível da LOA:

- (A) autorização limitada para créditos suplementares, condicionada à indicação de recursos.
- (B) aumento remuneratório geral, viabilizado pela simples aprovação da lei orçamentária.
- (C) criação de cargos públicos, desde que prevista dotação suficiente no orçamento.
- (D) execução orçamentária desvinculada das prioridades definidas na LDO.

QUESTÃO 39

É incabível o lançamento de contribuição de melhoria no Município de Senador Canedo quando

- (A) a obra pública envolva pavimentação e iluminação, com custo acima de vinte e cinco mil reais.
- (B) a obra corresponde à construção de parques, viadutos ou obras de trânsito rápido.
- (C) o projeto seja de reparação ou de conservação de obra pública já existente.
- (D) o projeto compreenda drenagem, proteção ambiental ou regularização de cursos d'água.

QUESTÃO 40

Leia o caso a seguir.

Um município, cuja arrecadação depende majoritariamente do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), solicitou parecer da Procuradoria sobre o regime de compensação previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023 para mitigar perdas decorrentes da extinção do ISS e da implantação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). No caso concreto, o Prefeito deseja saber como o fundo funcionará durante o período de transição e se sua aplicação garante recomposição integral da receita municipal.

O regime constitucional do Fundo de Compensação mencionado

- (A) garante recomposição automática das perdas do ISS, proporcional ao histórico de arrecadação municipal.
- (B) assegura compensação permanente, limitada ao período de vigência do Imposto sobre Bens e Serviços.
- (C) determina compensação integral, condicionada à adesão do município às normas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.
- (D) estabelece compensação temporária, vinculada à fórmula de transição definida pela Emenda Constitucional.

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

Um contribuinte ajuíza ação ordinária contra um município, buscando afastar a aplicação de decreto municipal que majorou a base de cálculo de determinada taxa. O juiz, ao examinar o pedido, constata que o decreto inovou o ordenamento jurídico sem respaldo em lei, configurando violação ao princípio da legalidade tributária previsto na Constituição Federal. Na sentença, decide deixar de aplicar o decreto por considerá-lo inconstitucional.

No contexto apresentado, a decisão judicial caracteriza o exercício de controle

- (A) concentrado de constitucionalidade, porque o juiz pode declarar a nulidade erga omnes de atos normativos municipais.
- (B) concentrado de constitucionalidade, pois a análise de constitucionalidade de decretos municipais cabe exclusivamente ao Poder Judiciário.
- (C) difuso de constitucionalidade, com efeitos restritos às partes do processo, sem retirada do ato normativo do ordenamento.
- (D) difuso de constitucionalidade, com efeitos vinculantes para toda a Administração Pública Municipal.

RASCUNHO

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Uma associação civil sem fins lucrativos, regularmente constituída há mais de dois anos, impetra mandado de segurança coletivo contra ato do Secretário Municipal de Saúde que suspendeu, por portaria, o fornecimento de determinados medicamentos a todos os pacientes cadastrados em programas municipais. O município sustenta que a associação não poderia substituir os indivíduos afetados porque o ato possui efeitos amplos e exige análise individualizada; adicionalmente, afirma que a via mandamental seria inadequada diante do impacto orçamentário e da necessidade de instrução probatória complexa.

No contexto descrito, a situação jurídica da associação e a adequação do mandado de segurança coletivo correspondem

- (A) à legitimidade ativa na qualidade de substituta processual, dispensada autorização individual dos associados, com adequação da via mandamental para impugnar ato administrativo concreto que atinge coletividade determinável.
- (B) à legitimidade condicionada à apresentação de autorização nominal de cada associado diretamente afetado pela suspensão do fornecimento de medicamentos.
- (C) à inadequação do mandado de segurança sempre que o ato administrativo impugnado apresentar efeitos amplos, hipótese em que somente caberá ação civil pública.
- (D) à necessidade de demonstração, já no momento da impetração, de prova individualizada do direito líquido e certo de cada paciente substituído para que se reconheça a legitimidade da associação.

RASCUNHO**QUESTÃO 43**

Leia o caso a seguir.

Um município ajuíza execução fiscal para cobrança de IPTU referente aos exercícios de 2018 e 2019. A Certidão de Dívida Ativa (CDA) juntada contém o valor consolidado do crédito, a indicação da lei instituidora do tributo e a identificação do sujeito passivo. O executado opõe exceção de pré-executividade alegando que a CDA seria nula porque não discrimina, de forma individualizada, multa, juros e correção monetária, sustentando que a ausência dessa separação inviabiliza o exercício do direito de defesa. Requer, com base nesse argumento, a imediata extinção da execução.

Diante da situação descrita, a alegação do executado corresponde

- (A) a nulidade absoluta da CDA, pois a Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, exige discriminação minuciosa de todos os encargos de forma separada no título executivo.
- (B) a vício formal sanável, que não conduz à extinção da execução e que pode ser corrigido pelo município mediante substituição ou emenda da CDA, desde que não altere o sujeito passivo.
- (C) a nulidade relativa da CDA, que exige comprovação de prejuízo ao executado e admite extinção imediata da execução fiscal.
- (D) a vício material insanável, que invalida definitivamente o crédito e impede qualquer substituição da CDA ao longo do processo.

RASCUNHO

QUESTÃO 44

Leia o caso a seguir.

Em ação de responsabilidade civil movida contra o município, o juiz determinou a realização de perícia contábil para apurar eventuais danos ao erário decorrentes de suposto pagamento indevido a servidor. A Procuradoria do Município requereu a prorrogação do prazo para indicação de assistente técnico, bem como para apresentação de quesitos complementares, alegando que o órgão jurídico municipal depende de manifestação prévia da controladoria interna para formular os quesitos. O juiz indeferiu o requerimento ao fundamento de que a Fazenda Pública não possui prerrogativas processuais na fase de produção de provas, devendo cumprir os prazos em igualdade com a parte autora.

Considerando as regras processuais aplicáveis às pessoas jurídicas de direito público, a decisão judicial está

- (A) correta, pois as prerrogativas da Fazenda Pública limitam-se aos prazos para contestar e recorrer, não alcançando atos instrutórios.
- (B) correta, pois a Fazenda Pública somente possui prazo diferenciado quando atua em litisconsórcio com ente federal.
- (C) incorreta, pois a Fazenda Pública possui prazos em dobro para todos os atos processuais, inclusive para manifestação em fase probatória.
- (D) incorreta, pois a Fazenda Pública tem direito a tratamento processual diferenciado, o que inclui prazos próprios quando a complexidade administrativa exige manifestação técnica prévia.

QUESTÃO 45

Leia o caso a seguir.

Em ação proposta por particular contra um município, foi concedida tutela provisória determinando o fornecimento de medicamento de alto custo. Ao final, a sentença confirmou a tutela provisória e condenou o município a manter o fornecimento contínuo do fármaco. A Procuradoria interpôs apelação e sustenta que, em razão do efeito suspensivo previsto no Código de Processo Civil, o município poderia interromper o fornecimento até o julgamento do recurso. O autor, por sua vez, afirma que a sentença já produz efeitos e que a obrigação deve ser cumprida de imediato.

No contexto descrito, a sentença

- (A) fica suspensa pela apelação, impedindo efeitos imediatos.
- (B) tem eficácia imediata porque confirma tutela provisória.
- (C) produz efeitos após nova autorização judicial.
- (D) depende de avaliação do tribunal para produzir efeitos concretos.

QUESTÃO 46

Leia o caso a seguir.

Uma empresa contratada pelo município firmou termo de ajuste, também assinado por duas testemunhas, em que reconhece expressamente dívida decorrente de serviços prestados e se compromete a quitá-la em parcelas mensais. Após sucessivos atrasos, o município propõe execução com base nesse instrumento particular assinado pelas partes. A empresa alega que o termo não pode ser utilizado como título executivo, pois não é contrato administrativo formal nem foi objeto de homologação judicial.

No contexto apresentado, a natureza executiva do termo de ajuste corresponde

- (A) a título inexistente, pois instrumentos particulares firmados não podem fundamentar execução contra pessoa jurídica.
- (B) a título inválido, porque apenas contratos administrativos possuem força executiva extrajudicial.
- (C) a título executivo extrajudicial, já que contém obrigação certa, líquida e exigível reconhecida pelas partes.
- (D) a título condicionado, que somente pode ser executado após prévia ação de conhecimento.

QUESTÃO 47

Leia o caso a seguir.

Em ação de improbidade administrativa, um município figura como litisconsorte ativo necessário do Ministério Público. Após intimação para se manifestar sobre documentos novos, o presidente da Câmara Municipal apresenta petição diretamente ao juízo, defendendo o interesse institucional do ente federado e alegando que sua posição de chefe do Legislativo lhe permite atuar em nome do município sem a presença de advogado.

Considerando o Código de Processo Civil (CPC), a validade da atuação do presidente da Câmara no caso corresponde à manifestação

- (A) válida, pois chefes de Poder podem atuar em juízo em defesa do ente.
- (B) eficaz, devendo a Procuradoria apenas aderir formalmente depois.
- (C) admitida, pois atos urgentes independem de advogado.
- (D) inválida, porque só advogado possui capacidade postulatória.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Servidor aposentado ajuíza ação contra o município buscando diferenças remuneratórias decorrentes de erro no cálculo de adicional por tempo de serviço ocorrido há mais de dez anos e que a pretensão é de trato sucessivo. O município sustenta a prescrição total da pretensão.

Considerando o regime jurídico da prescrição em face da Fazenda Pública, a situação corresponde

- (A) à prescrição apenas das parcelas vencidas há mais de cinco anos.
- (B) à prescrição total do direito, impedindo qualquer parcela posterior.
- (C) à imprescritibilidade da pretensão, por envolver verba alimentar.
- (D) à suspensão do prazo prescricional enquanto durar a aposentadoria.

QUESTÃO 49

Leia o caso a seguir.

Em ação ajuizada por particular contra o município, o autor requer tutela provisória de urgência para determinar o bloqueio imediato de valores do orçamento municipal, destinados à manutenção de equipamentos públicos, a fim de garantir futura indenização por dano material. O juiz analisa o pedido e avalia se a medida é juridicamente admissível.

No contexto apresentado, a adequação jurídica da tutela requerida corresponde

- (A) a admissibilidade ampla, pois tutelas patrimoniais sempre podem ser executadas de imediato para a satisfação da pretensão.
- (B) a vedação automática, já que contra o município não se admite tutela de urgência.
- (C) a impossibilidade de bloqueio, pois medidas que afetam o orçamento violam o regime constitucional de precatórios.
- (D) a admissibilidade plena, desde que o valor seja inferior ao limite legal de pequeno valor.

QUESTÃO 50

Em ação de cobrança, o município é condenado a pagar diferenças remuneratórias a servidores, iniciando-se o cumprimento de sentença. Intimado, o município levanta matérias de defesa como excesso de execução, erro de cálculo e prescrição de parcelas. Qual instrumento é juridicamente adequado para veicular tais matérias, considerando o regime especial do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública previsto no CPC?

- (A) Embargos à execução, que são obrigatórios após a intimação para pagamento.
- (B) Simples petição, já que o cumprimento de sentença dispensa impugnação formal.
- (C) Ação autônoma, pois matérias de mérito não podem ser alegadas na fase executiva.
- (D) Impugnação ao cumprimento, meio próprio para discutir excesso e prescrição.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

X, opositor político do prefeito municipal e servidor público efetivo da Secretaria Municipal de Educação, requereu ao respectivo secretário, em caráter de urgência, informações sobre todos os repasses estaduais encaminhados à pasta no ano de 2025, bem como as suas fichas funcionais completas, inclusive constando eventuais anotações de penalidades e/ou congratulações, desde a sua posse e conseqüente exercício no ano de 2010.

Preocupado com o manejo das informações solicitadas por X, o secretário optou por indeferir os pleitos, alegando, com fundamento na prudência administrativa, que as informações sobre os repasses estariam resguardadas por sigilo e os dados funcionais, em decorrência do lapso temporal transcorrido, eram de difícil acesso, razão pela qual não poderia fornecê-los, exceto se ele ajuizasse ação judicial para tal fim.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, considerando a proximidade do período eleitoral e as possíveis polêmicas que os indeferimentos podem ensejar à sua reeleição, o prefeito municipal indagou à procuradoria municipal sobre a razoabilidade das informações prestadas pelo secretário municipal de educação a X.

Diante do exposto, enquanto procurador(a) municipal, redija um parecer jurídico para fins de esclarecimentos sobre o caso ao prefeito municipal.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90